

POLÍTICAS DE *ACCOUNTABILITY* EM EDUCAÇÃO NO ESTADO DO TOCANTINS: TENDÊNCIAS NEOLIBERAIS OU DEMOCRÁTICAS?

Jhonata Moreira Pereira
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Jhonata.weeb@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), instituído no Brasil a partir de 2005, tornou-se o principal instrumento para medir a “qualidade” da educação pública ofertada pelos entes federativos, a partir de avaliações de larga escala, tendo por base um currículo mínimo (matriz de referência) a ser adotado por todos os sistemas e redes.

A partir de então, cada vez mais estados e municípios elaboraram e implementaram medidas de *accountability* em educação, justificando-as como sendo para motivar professores, preparar os estudantes para as avaliações externas e, conseqüentemente, elevar as metas pré-definidas para serem alcançadas por cada escola e ente.

Assim sendo, o trabalho apresenta os resultados parciais de estudo acerca do programa Selo Quem Educa, Faz!, medida de *accountability* implementada pela Secretaria Estadual de Educação, Juventude e Esportes do Tocantins, por meio de análise documental e bibliográfica.

POLÍTICAS DE *ACCOUNTABILITY* NO CONTEXTO EDUCACIONAL NO BRASIL

No Brasil, o termo *accountability*, de origem inglesa, iniciou o seu processo de reconhecimento e expansão no início dos anos 1990, justamente com o regime democrático da administração pública (NARDI, 2013 apud SACRAMENTO, 2009). Assim, por se tratar de uma terminologia recente e ainda em expansão, pode ser traduzido e possui como pilares a ação de prestação de contas e/ou responsabilização.

A *accountability* tem como terceiro pilar a avaliação, e esta pode estar presente antes e após o processo de prestação de contas e responsabilização da educação pública, tendo a finalidade de mensurar, de forma majoritariamente quantitativa, os resultados das políticas públicas, ignorando, por vezes, as características qualitativas.

Entende-se que é importante haver uma congruência entre estes três pilares para que os processos de *accountability* tenham objetividade e transparência nas políticas públicas de educação, garantindo o direito democrático de acesso à informação. Entretanto, é preciso atenção em sua implementação para que esse processo não passe a ter uma “imagem potencialmente punitiva” (RANSON, 2003, p. 50), advindo da responsabilização dos agentes.

Na educação, é possível observar esse sistema de *accountability*, por exemplo, na aplicação das avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), sendo, nesse caso, o pilar da responsabilização, individualmente, o mais sensível na relação entre Estado e escola. Nesse caso, primeiramente os professores precisam prestar contas e realizar entregas acerca da aprendizagem dos estudantes, para que, assim, a escola, os municípios e os estados prestem contas ao Ministério da Educação (MEC). Esse processo se consolida nos resultados do IDEB.

Para Afonso (2009), a *accountability* regida por um viés democrático será composta pela avaliação, a prestação de contas e a responsabilização, mas também será composto de valores essenciais, como a justiça, a transparência, o direito à informação, a participação, a cidadania, entre outros.

Por outro lado, se regida por um viés neoliberal, por muitas vezes a *accountability* se reduzirá a uma prestação de contas apenas simbólica, gerencialista, com a participação social limitada. Nesse caso, as avaliações de larga escala ou testes estandardizados passam a ser utilizados como ferramenta para a imposição de medidas neoliberais que visem o favorecimento da privação da educação e ampliação do controle pelo Estado, podendo ser denominado: Estado-avaliador.

SELO QUEM EDUCA, FAZ! COMO MEDIDA DE ACCOUNTABILITY NA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

A Secretaria Estadual de Educação, Juventude e Esportes do Tocantins lançou, em 2019, o programa Selo Quem Educa, Faz!, que teve por objetivo reconhecer iniciativas pedagógicas de educadores e instituições públicas de ensino que se destacaram nas distintas etapas da educação básica.

A primeira categoria do projeto, que tem como base os resultados do IDEB, premiou as escolas das redes municipais e estadual de ensino, na educação infantil,

ensino fundamental e ensino médio, em 1º, 2º e 3º lugares, que alcançaram os maiores resultados ou progressões em relação às suas respectivas metas. Essa estrutura ratifica a principal funcionalidade das avaliações externas e testes estandardizados, que é o ranqueamento entre as unidades escolares e, conseqüentemente, atribui à rede de ensino os efeitos de comparabilidade entre as melhores e piores escolas.

Infere-se que as escolas premiadas com os melhores resultados no IDEB, são as que possuem a melhor qualidade de ensino na educação pública do estado do Tocantins e em seus respectivos municípios. Entretanto, os resultados do IDEB têm como foco apenas o rendimento do aluno na proficiência de língua portuguesa e matemática e o percentual de reprovação/aprovação, ignorando outras importantes variáveis qualitativas que envolvem o processo de ensino e aprendizagem.

Sobre esse respeito, Dourado e Oliveira (2009) defendem que a qualidade da educação vai além de resultados em avaliações objetivas, envolve dimensões extras e intraescolares, devendo considerar os diversos atores, dinâmicas pedagógicas, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem do aluno, o ambiente (comunidade) na qual a escola está inserida, o processo de formação dos professores e dirigentes escolares, enfim, diversos fatores que interfiram direta ou indiretamente nos resultados educacionais.

Uma das características de uma medida de *accountability* orientada por princípios neoliberais é a adoção de mecanismos de premiação por rendimento. Não obstante, no Selo Quem Educa, Faz!, todos os servidores das escolas premiadas com os melhores resultados, receberam bonificação salarial. Como afirmam Nardi e Lagares (2020), com tais premiações, impõe-se a competição entre professores e escolas, atribuindo-lhes responsabilidade pelo desempenho e pela qualidade alcançada e, por conseqüência, a naturalização de que existem os lugares de vencedores e perdedores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As distintas perspectivas de *accountability*, neoliberal/gerencial e democrática, no campo das políticas públicas de avaliação da educação, especificamente o programa Selo Quem Educa, Faz!, demonstram uma tensão nos campos teórico-práticos de medidas de *accountability* na educação, com maior tendência à

perspectiva neoliberal, uma vez que o programa é pautado pelas avaliações de larga escala, utilizadas como instrumentos de *accountability* gerencial.

Para Brito e Oliveira (2020), um processo de avaliação que determine caminhos, baseando-se em indicadores isolados e pontuais, corre o risco de descaracterizar o processo de ensino no contexto da ação democrática. As medidas de *accountability* implementadas pelo estado do Tocantins, a partir dos resultados do IDEB, não contribuem para a democratização da educação, mas para a competitividade que mantém e, por vezes, fortalece a desigualdade.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, v. 13 n. 13, 2009. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/545>. Acesso em: 31 jul. 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**, v. 29, n. 78, p. 201-215, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004>. Acesso em: 31 jul. 2021.

NARDI, Elton Luiz. O potencial do Ideb como estratégia de *accountability* da qualidade da educação básica. **RBPAE**, v. 29, n. 1, p. 27-44, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/42819>. Acesso em: 31 jul. 2021.

NARDI, Elton Luiz; LAGARES, Rosilene. Da introdução de dispositivos de *accountability* em educação na Amazônia tocantinense à (re)configuração de arranjos institucionais de gestão: lógica da regulação por resultados. **Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 15, p. 197, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3941>. Acesso em: 31 jul. 2021.

OLIVEIRA, Claudius Vinicius Souza; BRITO, Kátia Cristina Custódio Ferreira. Avaliação em larga escala da educação tocantinense: sentidos e tensionamentos. **Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 18, p. 196, 2005. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3501>. Acesso em: 31 jul. 2021.

RANSON, Stewart. Public accountability in the age of neo-liberal governance. **Journal of Education Policy**, v. 18, 5, 459-480, 2003. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0268093032000124848?journalCode=tdep20>. Acesso em: 31 jul. 2021.